

## COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

# A REPRESENTAÇÃO DOS ADOLESCENTES NEGROS NO JORNALISMO ON-LINE BRASILEIRO: G1 E ALMA PRETA

Julia Carvalho Facca; [juliafacca.c@gmail.com](mailto:juliafacca.c@gmail.com)<sup>1</sup>

Juliana Doretto; [juliana.doretto@puc-campinas.edu.br](mailto:juliana.doretto@puc-campinas.edu.br) (orientadora)<sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar a representação do adolescente negro em reportagens jornalísticas veiculadas em dois sites brasileiros. No contexto do racismo estrutural que marca o país, a mídia reverbera e fortalece estereótipos que vinculam os negros à marginalidade, à exclusão e à alteridade. A cobertura da adolescência em geral, por sua vez, reitera a representação dos jovens como sujeitos sem protagonismo. Por meio da análise de conteúdo, coletamos textos que abordam os adolescentes negros no portal de notícias generalista G1 e no site Alma Preta, especializado na temática racial, no ano de 2020. Como resultados, vimos que os jovens aparecem sobretudo como vítimas de violência e racismo, e suas vozes estão pouco presentes, em ambos os veículos.

## PALAVRAS-CHAVE

Adolescente negro. Adolescência. Jornalismo. Representação. Racismo.

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”<sup>3</sup>. No Brasil, um estudo da Fundação Abrinq<sup>4</sup>, feito no ano de 2019, indica que 69.360.142 pessoas, ou seja 33% da população de cerca de 210,1 milhões<sup>5</sup>, são crianças e adolescentes, de zero a 19 anos. Dentro desse recorte populacional, 4.287.707 se declaram pretas e 33.502.556, pardas, e ambas as etnias

<sup>1</sup> Estudante do quinto período de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; bolsista de iniciação científica Fapic (Fundo de Apoio à Iniciação Científica – PUC Campinas).

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Professora do curso de jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte da PUC-Campinas.

<sup>3</sup> BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266)>. Acesso em: 30 jan. 2021.

<sup>4</sup> FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2020**. São Paulo: Fundação Abrinq, 2020. Disponível em: <<https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2020-08/cenario-brasil-2020-2aedicao.pdf.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2021.

<sup>5</sup> SITUAÇÃO das crianças e dos adolescentes no Brasil. **Unicef**, s/d. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil>>. Acesso em: 30 jan. 2021.



REALIZAÇÃO



APOIO



compõem a população negra brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>6</sup>. Assim, cerca de 54,5% dos negros no Brasil (quase 38 milhões) são crianças e adolescentes.

Apesar da predominância numérica, a realidade do cidadão negro no Brasil reflete o racismo em todas suas dimensões, sobretudo a mais grave delas, a estrutural, a qual, obviamente, também se estende aos adolescentes desse grupo racial. Segundo Silvio Almeida (2019, p. 33), ela “se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica”. Sob essa perspectiva, os negros no Brasil são minoria nas posições de liderança no mercado de trabalho, ganham menos que os brancos, têm taxas maiores de pobreza e pobreza extrema e compõem 60% da população carcerária do país<sup>7</sup>.

Além disso, de acordo com um relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em dezembro de 2021, 8 em cada 10 mortes violentas intencionais entre crianças e adolescentes são de negros — isso significa, que, das 3.717 mortes violentas intencionais, 78% foram contra crianças e adolescentes negros —, sendo a faixa etária mais atingida a de 15 a 17 anos (82%)<sup>8</sup>. Ainda em 2021, o Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil indicou que adolescentes negros entre 15 a 19 anos são 80% das vítimas de arma de fogo no país<sup>9</sup>.

Diante desse cenário, Solange Couceiro (1997), professora de Antropologia da ECA-USP, denuncia a estereotipização e invisibilidade dos negros na mídia, que

<sup>6</sup> AFONSO, Nathalia. Dia da Consciência Negra: números expõem desigualdade racial no Brasil.

**Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 20 nov. 2019. Disponível em:

<<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/>> Acesso em: 30 jan. 2021.

<sup>7</sup> AFONSO, Nathalia. Dia da Consciência Negra: números expõem desigualdade racial no Brasil.

**Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 20 nov. 2019. Disponível em:

<<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/>> Acesso em: 30 jan. 2021.

<sup>8</sup> ALBUQUERQUE, Ana L. 8 em cada 10 mortes violentas entre crianças e adolescentes são de negros.

**Folha de S. Paulo**, 2 dez. 2021. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/12/8-em-cada-10-mortes-violentas-entre-criancas-e-adolescentes-sao-de-negros.shtml>>. Acesso: 11 fev. 2022.

<sup>9</sup> MARTINS, Thays. Negros são 80% das vítimas de arma de fogo entre jovens no Brasil. **Correio**

**Braziliense**, 22 out. 2021. Disponível em:

<<https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/10/4957281-negros-sao-80-das-vitimas-de-arma-de-fogo-entre-jovens-no-brasil.html>>. Acesso em: 11 fev. 2022.



REALIZAÇÃO



APOIO



naturaliza a desigualdades e o preconceito. Desse forma, os meios de comunicação propagam o que a autora chama de racismo à brasileira, ou cordial, porque:

raramente agride abertamente [...] porque estabelece relações ambíguas que possibilitam que os atingidos fiquem na dúvida se realmente estão sendo vítimas de preconceito ou não; e permite que, muitas vezes, sejam, eles próprios, chamados de racistas ao contrário. (COUCEIRO, 1997, p. 64)

Couceiro explica que muitos profissionais da mídia justificam ora a falta de representatividade dos negros, ora sua representação como subalternos apenas por isso espelhar a realidade desse grupo. Mas a autora afirma que esse processo acontece, na verdade, devido ao fato de a mídia absorver o racismo vigente na sociedade brasileira; ou seja, o que observamos é caracterizado como parte do processo de manutenção do racismo estrutural.

Conforme observa, a percepção do público sobre isso depende de sua sensibilidade para identificar o racismo implícito, podendo este passar despercebido por indivíduos ingênuos ou alheios ao tema. Ainda, seria esse racismo velado reproduzido pela mídia que levaria o público a aceitar muitas vezes sem relutância os estereótipos propagados, ao passo que é conservada no imaginário social uma imagem negativa dos negros (COUCEIRO, 1997, p. 59-64). A autora conclui, ainda, que esse ciclo seria renovado através da formação universitária dos jornalistas e profissionais da imprensa, que por vezes não problematiza fortemente a ideia de democracia racial, que afirma que todos os indivíduos têm as mesmas oportunidades na sociedade, independentemente da cor de sua pele.

De mesma maneira, para Muniz Sodré (1999), os meios de comunicação em massa são formados por intelectuais que ignoram as questões identitárias e têm consciência eurocêntrica, o que os leva a reverberar discursos preconceituosos na grande imprensa, de maneira imperceptível ou escancarada. Isso reflete o racismo estrutural da sociedade e não deixa de ser interessante para as elites dirigentes, que garantem sua posição na hierarquia social por meio da desigualdade social.

A representação midiática é um dos elementos que determinam o lugar que os indivíduos ocupam em um sistema de relações (SODRÉ, 1999, p. 19). Assim, Doretto (2012, p. 383) valendo-se de uma sistematização de Ponte e Afonso (2009) e estudando sete edições de jornais brasileiros e portugueses, aponta que a criança e o adolescente



REALIZAÇÃO



APOIO



são apresentados normalmente como: “objeto de ações, ou seja, ausente(s) das esferas de decisão e sem direito a opinião”, e que “ganham destaque tanto a representação dos garotos e das garotas como uma população ameaçada pelos males modernos quanto aquela que os mostra como consumidores autônomos”.

Sobre a cobertura da adolescência negra, no recorte que cobre a abordagem do suicídio entre os jovens negros, o trabalho de Monari e Bertolli Filho (2019, p. 765) apontou que, tanto sites generalistas, como G1 e Nexo, quanto o Alma Preta, refletem “um silenciamento dos negros, que não têm voz em um espaço que se diz voltado para suas próprias questões”, reverberando o apontado por Doretto (2012) quando trata da adolescência de modo geral.

Já o estudo de Oliveira, ao olhar para a revista destinada ao público “teen” *Atrevida*, no começo dos anos 2000, diz que as adolescentes negras são representadas na revista, mas “de forma episódica e eivada de estereótipos”, sobretudo ocupando o lugar de um “outro”: “Não é possível encontrar uma modelo negra ilustrando uma reportagem sem que seu pertencimento étnico-racial seja mencionado e seja necessário para a compreensão dessa” (OLIVEIRA, 2009, p. 145). Por fim, trabalho de Rosa et al. (2011) investigou capas do jornal *Diário de Cuiabá* (MT) durante o ano de 2011 e descobriu que “a juventude, que já é alvo de uma visão pessimista no minguado espaço que lhe cedem na primeira capa, quando direcionada ao negro e ao indígena, é em grande parte sub-representada”.

Diante desse contexto, propõe-se um questionamento sobre a representação do adolescente negro na mídia brasileira. Como o racismo “à brasileira”, do qual Couceiro fala, afeta os mais jovens dessa população na mídia? Que estereótipos aparecem com mais frequência? Quando as representações são positivas? E mais: mesmo veículos que militam na luta contra a desigualdade racial também acabam por trazer poucas vozes de jovens negros às narrativas midiáticas? Assim, este trabalho procura responder à seguinte pergunta-problema: *Como é representado o adolescente negro no jornalismo on-line brasileiro em duas vertentes: em um veículo engajado na luta antirracista e outro generalista?*

Desse modo, a partir da análise de matérias jornalísticas publicadas pelo portal generalista G1 e pela página especializada na temática racial no Brasil Alma Preta no



REALIZAÇÃO



APOIO



período de 2020, este trabalho tem a intenção de investigar as formas de representação do adolescente negro em canais on-line de jornalismo brasileiro, de modo a verificar se os aspectos já detectados em estudos anteriores sobre esse grupo também se mostram nos veículos selecionados, ou se, ao contrário, encontram-se imagens mais plurais desses jovens, desconstruindo estereótipos sobre a negritude. Compreende-se este estudo como relevante também pelo fato de que os modos superficiais de a mídia abordar os mais jovens, como vimos anteriormente, poderem estar presentes mesmo em veículos ativistas.

A escolha pelas plataformas digitais se deu pela acessibilidade dos conteúdos e por sua popularidade. A página Alma Preta se define como “uma agência de jornalismo especializada na temática racial”, com “um caráter político na produção” dos conteúdos, que pretende “informar, dar visibilidade e potência para a voz do povo negro”<sup>10</sup>. Mais de 80 mil pessoas “curtem” a página do veículo no Facebook e outros 83 mil seguem as postagens do perfil no Twitter. Segundo Pinheiro (2018, p. 5), a agência surgiu em Bauru (SP), onde ainda tem sede: “no ano de 2015 através do Coletivo Negro Kimpa, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), [...] e seu nome deriva das discussões sobre branquitude que aconteciam no coletivo, onde os integrantes esbarraram na ideia de ‘preto de alma branca’”.

O G1, por sua vez, é o portal de notícias do grupo Globo, o maior conglomerado de mídia do país, e portanto está ligado a um grupo midiático hegemônico. Criado em 2016, é uma das páginas mais acessadas no Brasil: em 2018, acumulava 3,1 bilhões de visitas e 56 milhões de visitantes únicos, somente naquele ano<sup>11</sup>.

## 2. METODOLOGIA

Como primeiro passo da pesquisa, coletamos reportagens nos sites selecionados que abordam, com alguma ênfase, as vivências de adolescentes negros. E o contexto da

<sup>10</sup> QUEM somos. **Alma Preta**, 2021. Disponível em: <<https://almapreta.com/quem-somos>>. Acesso em 24 fev. 2021.

<sup>11</sup> GRUPO Globo bate recorde de acessos no digital e passa de 100 milhões de usuários únicos. **G1**, 26 nov. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2018/11/26/grupo-globo-bate-recorde-de-acessos-no-digital-e-passa-de-100-milhoes-de-usuarios-unicos.ghtml>>. Acesso em: 27 fev. 2021.



REALIZAÇÃO



APOIO



pandemia, em 2020, nos pareceu interessante, por trazer temáticas bastante pertinentes a essa fase da vida, como ensino remoto, vestibulares e socialização. Por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), buscamos identificar, nas reportagens coletadas, elementos que conformam as representações desses jovens, como temáticas e abordagens e a presença de falas dos jovens entrevistados, como veremos mais adiante.

A análise de conteúdo busca compreender os sentidos latentes das mensagens, por meio da sistematização de unidades de registros, que são elementos selecionados no material investigado. Após uma fase de pré-análise, que inclui uma leitura ampla do material — chamada de flutuante por Bardin —, passa-se à fase de codificação, que compreende as escolhas das unidades e a seleção e aplicação das regras de enumeração delas (ou seja, como os dados serão quantificados).

Por fim, passa-se à categorização dos elementos levantados: “As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão das características comuns destes elementos” (BARDIN, 2002, p. 145).

Ainda segundo a autora, “a categorização (passagem de dados em bruto a dados organizados) [...] dá a conhecer índices invisíveis, nível dos dados em bruto” (BARDIN, 2002, p. 145). Essa inferência que se faz a partir dessa organização, ou seja, a descoberta dos aspectos implícitos que se encontram nas mensagens é o maior objetivo do método (FONSECA JÚNIOR, 2005). No estudo em tela, ela poderá revelar dados importantes sobre a representação dos adolescentes negros, não visíveis numa leitura mais superficial.

### 3. DESENVOLVIMENTO

#### 3.1. O mito da democracia racial e o racismo estrutural no Brasil

Descrito pela professora da USP e especialista em genética Lygia da Veiga Pereira como “provavelmente o país com a maior miscigenação do mundo”<sup>12</sup>, o Brasil

<sup>12</sup> BECKER, Guilherme. "O Brasil tem provavelmente maior miscigenação do mundo". **DW Brasil**, 27 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-brasil-%C3%A9-provavelmente-o-pa%C3%ADs-com-maior-miscigena%C3%A7%C3%A3o-do-mundo/a-51733280>>. Acesso em: 7 dez. 2021.





REALIZAÇÃO



APOIO



abriga um povo herdeiro de diversos grupos étnico-raciais, indígenas, africanos, europeus e asiáticos, resultado da colonização que se iniciou em 1500 com a chegada dos primeiros portugueses ao território.

Nesse sentido, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 2019, indicou que 19,2 milhões de brasileiros se autodeclararam pretos e 89,7, pardos, ambas raças que compõem a população negra do país, à qual correspondem 56,1% do povo brasileiro.<sup>13</sup>

Porém, em uma nação construída ao longo de três séculos e meio pela escravidão, para a qual foram destinados 40% dos 12,5 milhões de africanos traficados para o continente americano<sup>14</sup>, uma pesquisa realizada pelo PoderData em 2020 revelou que 81% dos brasileiros reconhece o Brasil como um país racista<sup>15</sup>. Vale lembrar que o país foi o último do Ocidente a abolir o sistema social e econômico baseado na escravização de pessoas<sup>16</sup>.

O dicionário Michaelis Online define racismo como “a teoria ou crença que estabelece uma hierarquia entre raças (etnias)” e como “preconceito exagerado contra pessoas pertencentes a uma raça (etnia) diferente, geralmente considerada inferior”, interessando-nos aqui o racismo contra pessoas negras. É importante destacar ainda que neste estudo será utilizado o conceito de raça em oposição ao de etnia, usados pelo Michaelis como sinônimos, visto que o primeiro diz respeito às diferenças físicas e fenotípicas entre os indivíduos, como a cor da pele, formato dos cabelos e traços faciais (SANTOS; VIANA, 2009). Já para Santos e Viana (2009, p. 12), a raça determina “uma população que possui em comum um conjunto de características físicas hereditárias

<sup>13</sup> AFONSO, Nathália. Dia da Consciência Negra: números expõem desigualdade racial no Brasil.

**Revista Piauí/Agência Lupa**, 20 nov. 2019. Disponível em:

<<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

<sup>14</sup> BALBINO, Leda. Laurentino Gomes: Números, violência e complexidade da escravidão me surpreendem. **CNN Brasil**, 21 jun. 2021. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/os-numeros-a-violencia-e-a-complexidade-da-escravidao-me-surpreendem/>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

<sup>15</sup> FREIRE, Sabrina. 81% veem racismo no Brasil, mas só 34% admitem preconceito contra negros.

**Poder360**, 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poderdata/81-veem-racismo-no-brasil-mas-so-34-admitem-preconceito-contr-negros/>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

<sup>16</sup> CARNEIRO, Júlia Dias. Brasil viveu um processo de amnésia nacional sobre a escravidão, diz historiadora. **BBC News Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44034767>>. Acesso em: 7 dez. 2021.



REALIZAÇÃO



APOIO



que se transformam através da relação com o meio ambiente e da miscigenação”. Enquanto isso, a etnia compreende a unidade cultural de um grupo, envolvendo a herança de aspectos como a língua, a tradição, a religião e a consciência coletiva de uma comunidade.

Ressalta-se, ainda, que raça é um conceito nativo das Ciências Sociais, ou seja, se trata de uma categoria criada historicamente, e que também compõe o senso comum da sociedade, através da qual as pessoas se classificam e classificam outros indivíduos (AGUIAR, 2007, p. 83). Desse modo, entende-se que o conceito em questão se trata de uma construção política e social, e não uma categoria biológica, na medida em que não há variações na biologia do ser humano de acordo com sua etnia (BACKES, 2006, p. 437).

E, conforme Aguiar (2007, p. 84) aponta, a raça determina o tratamento que os indivíduos recebem na sociedade, podendo interferir na estrutura de classes por meio das desvantagens ou privilégios que um grupo racial carrega. Assim, é preciso fazer uma distinção entre preconceito, racismo e discriminação. Almeida (2019, p. 22-24) descreve o racismo como uma forma de discriminação de raças expressa de maneira sistemática, conscientemente ou não, de modo a conferir benefícios ou perdas para determinados grupos raciais. É um processo no qual os indivíduos são colocados em condição de subalternidade nas mais diversas esferas da vida, como a política, a econômica e a social. Por outro lado, a discriminação racial se concretiza através de atos e tratamentos diferenciados, mas não sistemáticos, em decorrência da cor de pele dos indivíduos, tendo como aspecto fundamental o poder — que pode afetar a ascensão social e o reconhecimento das pessoas. Já o preconceito racial se impõe como o juízo baseado em estereótipos que circundam os indivíduos de um grupo racial, podendo ou não desencadear discriminação.

Assim, entende-se que o Brasil mantém viva a realidade pós-abolicionista na qual os negros não receberam assistência nem proteção na transição do trabalho escravo para o trabalho livre em 1888 e foram marginalizados, permanecendo sem voz e passando a compor a população pobre do Brasil, privados ainda da oportunidade de obter ascensão social e sendo, portanto, abandonados pelo Império (MARINGONI, 2011).





REALIZAÇÃO



APOIO



Como resultado disso, apesar de superada a escravidão ao final do século XIX e do alto grau de miscigenação do país, o Brasil ainda rejeita suas ancestralidades e é marcado pelo racismo, que, segundo Almeida (2019, p. 15), é sempre estrutural, significando que é parte intrínseca da organização econômica e política da sociedade, além de concretizar e permitir a reprodução de desigualdades políticas, econômicas e jurídicas e de violências.

A expressão estrutural do racismo está refletida em estatísticas que escancaram a desigualdade racial no Brasil: dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) indicaram que dos 8,9 milhões de brasileiros que perderam ou deixaram de procurar emprego entre o 1º e 2º trimestre de 2020, 6,3 milhões (71,4%) eram negros<sup>17</sup>. A pesquisa Síntese de Indicadores Sociais, do IBGE, indicou ainda que em 2020 o rendimento familiar das pessoas negras no Brasil foi, em média, 73,3% menor do que o da população branca — os primeiros tiveram rendimento médio de R\$ 1,764 mil por mês, enquanto os brancos receberam em média R\$ 3 mil mensais<sup>18</sup>. Além disso, o estudo revelou que o percentual de negros em ocupações informais chegou a 47,4%, enquanto os brancos representavam 34,5% e que, no Brasil, a pobreza tem cor: entre os indivíduos abaixo da linha de pobreza, 73,6% são negros e apenas 25,4% brancos<sup>19</sup>.

Mais dados do IBGE apontaram que, mesmo tendo havido um aumento da presença negra nas salas de aula universitárias, os negros ainda são minoria nos cargos de liderança: menos de 3% de mulheres e homens negros alcançam cargos de diretoria ou gerência no Brasil, número três vezes menor do que mulheres e homens brancos<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> GIOVANAZ, Daniel. Sete em cada dez brasileiros que perderam emprego ao início da pandemia eram negros. **Brasil de Fato**, 19 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/19/sete-em-cada-dez-brasileiros-que-perderam-emprego-ao-inicio-da-pandemia-eram-negros>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

<sup>18</sup> JANONE, Lucas. População branca tinha renda 73% maior que preta e parda em 2020, diz IBGE. **CNN Brasil**, 3 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/em-2020-populacao-branca-tinha-renda-73-maior-do-que-preta-e-parda/>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

<sup>19</sup> Desigualdade racial persiste e se manifesta desde o trabalho até a moradia. **Poder 360**, 20 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/desigualdade-racial-persiste-e-se-manifesta-desde-o-trabalho-ate-a-moradia/>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

<sup>20</sup> MEIRELLES, Matheus. Homens e mulheres negros ainda são minoria em cargos de liderança no Brasil. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/homens-e-mulheres-negros-ainda-sao-minoria-em-cargos-de-lideranca-no-brasil/>>. Acesso em: 7 dez. 2021.



REALIZAÇÃO



APOIO



Por fim, o Atlas da Violência de 2021 revelou que uma pessoa negra tem chance 2,6 vezes maior do que uma pessoa não negra de ser assassinada. Apenas em 2019, os negros representaram 77% das vítimas de assassinato no país. No mesmo ano, as mulheres negras compunham 66% das mulheres mortas no Brasil<sup>21</sup>. O Fórum Brasileiro de Segurança também mostrou que, dos 6.416 brasileiros mortos por intervenção policial em 2020, 78,9% eram negros, indicando que a taxa de letalidade em operações policiais é 2,8 vezes maior entre negros do que entre brancos<sup>22</sup>.

E as estatísticas não excluem os jovens negros: o índice de suicídio entre estes é maior do que entre brancos da mesma faixa etária, uma vez que “o preconceito, a discriminação racial e o racismo institucional também se transformam em fatores de risco para essa população” (MONARI; BERTOLLI FILHO, 2019, p. 756). Além disso, a Pnad Contínua da Educação 2019 também apontou que os jovens negros passam quase dois anos a menos na escola (8,6 anos) do que os brancos (10,4). Eles também representam 71,7% dos jovens brasileiros entre 14 e 29 anos que deixaram de frequentar a escola sem completar a educação básica, porque precisavam trabalhar<sup>23</sup>.

Por fim, em 2019, 79,1% das vítimas de intervenções policiais eram negros, e 23,5% tinham entre 15 a 19 anos de idade<sup>24</sup>. Nesse cenário, o negro se torna um subcidadão, ao não conseguir reconhecimento social e político e ter sua identidade e cidadania reprimidas em várias áreas da vida (SOUSA; BRAGA, 2017).

Portanto, a partir desses dados, podemos desvalidar o mito da existência de uma democracia racial no Brasil, a qual pressupõe que todos os cidadãos brasileiros têm as

<sup>21</sup> ACABAYA, Cíntia; ARCOVERDE, Léo. Negros têm mais do que o dobro de chance de serem assassinados no Brasil, diz Atlas; grupo representa 77% das vítimas de homicídio. **G1**, 31 ago. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/negros-tem-mais-do-que-o-dobro-de-chance-de-serem-assassinados-no-brasil-diz-atlas-grupo-representa-77percent-das-vitimas-de-homicidio.ghtml>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

<sup>22</sup> BARRETO, Elis. Mortes de negros em ações policiais no Brasil são 2,8 vezes maiores que de brancos. **CNN Brasil**, 24 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mortes-negros-acoes-policiais-brasil-vezes-maiores-brancos/>>. Acesso em 7 dez. 2021.

<sup>23</sup> PALAHRES, Isabela. Negros são 71,7% dos jovens que abandonam a escola no Brasil. **Folha de S. Paulo**, 15 jul. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/negros-sao-717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil.shtml>> Acesso em: 30 jan. 2021.

<sup>24</sup> DIAS, Paulo E.; ADORNO, Luís. Negros são oito de cada 10 mortos pela polícia no Brasil, aponta relatório. **UOL Notícias**, 18 out. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/10/18/oito-a-cada-10-mortos-pela-policia-no-brasil-sao-negros-aponta-relatorio.htm>> Acesso em: 30 jan. 2021.



REALIZAÇÃO



APOIO



mesmas oportunidades e direitos, independentemente da cor de sua pele, e confirmar a forte presença do que Almeida (2019) chama de racismo estrutural no país, que afeta as condições de vida da população negra como um todo. A seguir, vamos compreender um pouco melhor sobre as condições de existência que marcam os adolescentes contemporâneos, discutindo a construção sócio-histórica dessa ideia.

### 3.2. A moratória adolescente

A adolescência é uma construção social moderna que demorou para ser reconhecida, tendo sido confundida com a infância até o século XVIII (ARIÈS, 1981, p. 41) — visto que esta ainda não era limitada pela puberdade, a qual determina o início da adolescência. Foi quando socialmente começa-se a compreender que, apesar de as crianças já estarem crescidas, terem mais obrigações e se parecerem cada vez mais fisicamente com os adultos, elas ainda precisam ser protegidas, pois acredita-se que ainda não têm capacidade de enfrentar todas as tarefas do dito mundo adulto.

Nessa dualidade, a adolescência se torna frustrante para o adolescente, já que seu corpo está fisicamente preparado para a idade adulta, podendo se reproduzir, mas a sociedade o infantiliza, sob o pretexto de que ainda deve ser protegido e preparado para de fato ser maduro. Assim, essa fase da vida se torna ao mesmo tempo um período de uma moratória para os jovens e objeto da inveja dos adultos, que acreditam que os adolescentes vivem de forma idílica, por conta do afastamento das questões do trabalho. Os adultos veem os jovens como “adultos de férias e sem lei” (CALLIGARIS, 2000, p. 69). Para eles, o adolescente é livre para transgredir as regras que os próprios adultos impõem, fazendo com que sintam nostalgia pelo que é proibido, algo idealizado pela cultura moderna. Desse modo, o adolescente, quanto mais é submetido ao limbo dessa fase da vida, mais luta para ser reconhecido como um adulto; ao mesmo tempo, ele perde o amor e cuidado que recebia na infância: o adolescente não é mais nem criança amada, nem adulto reconhecido” (CALLIGARIS, 2000, p. 24).

Diante disso, o adolescente tem duas opções contraditórias para ser finalmente tratado como adulto: aceitar a moratória ou desobedecê-la e demonstrar sua independência. Essa segunda ação é a causa de toda a rebeldia dessa idade, e a mais comum, uma vez que o adolescente reconhece o desejo implícito que os mais velhos



REALIZAÇÃO



APOIO



sentem pela adolescência e entendem que seriam respeitados ao serem autônomos e realizarem os sonhos reprimidos daqueles que ditam as regras — desobedecer seria então uma forma de obter a independência tão valorizada na sociedade moderna.

Em meio a essa incoerência, o adolescente confuso identifica, por meio da mídia, da escola e da família, o sucesso nas relações amorosas e sexuais e na vida financeira como os principais valores da sociedade. Essas são áreas em o jovem pode se destacar, já que tem capacidade física para isso, mas é proibido por essa mesma sociedade de buscar tais realizações (para os adultos, elas que devem ser deixadas para mais tarde) (CALLIGARIS, 2000).

Conclui-se então que a rebeldia juvenil tem por objetivo chamar a atenção dos mais velhos e conquistar autonomia para ser reconhecido como responsável e adulto. Por conta disso, o adolescente se transforma em seu próprio estereótipo: o do adolescente que se isola em grupos com seus pares, insubordinado, transgressor, violento e inseguro, frente ao limbo ao qual é imposto, por tempo indeterminado.

Por fim, Doretto (2016) explica que não existe apenas uma infância, que é experienciada por todos os meninos e meninas do mundo. As crianças, e compreendemos que também os adolescentes, vivem diferentes realidades, com diferentes graus de proteção e de participação na vida da comunidade, por exemplo. A autora chama a atenção ainda para o fato de que o jornalismo ignora as idiossincrasias das diversas infâncias (e adolescências), atendendo apenas a uma parte delas, mais ligada às classes altas e médias.

Portanto, como veremos adiante, apesar de a rebeldia adolescente ser um conceito reconhecido mundialmente como algo que define essa fase da vida, é importante compreender que também não existe apenas uma adolescência negra, mas sim diversas, cada uma com aspectos correspondentes à realidade de cada grupo de jovens, e que superam os estereótipos associados a elas.

### **3.3. Levantamento de dados e discussão**

A escolha e estruturação do *corpus*, o qual enfatiza o caráter quali-quantitativo da pesquisa, visando aprofundar o conteúdo investigado, se iniciou em setembro de 2021, quando foram selecionadas as matérias escolhidas para análise advindas dos



REALIZAÇÃO



APOIO

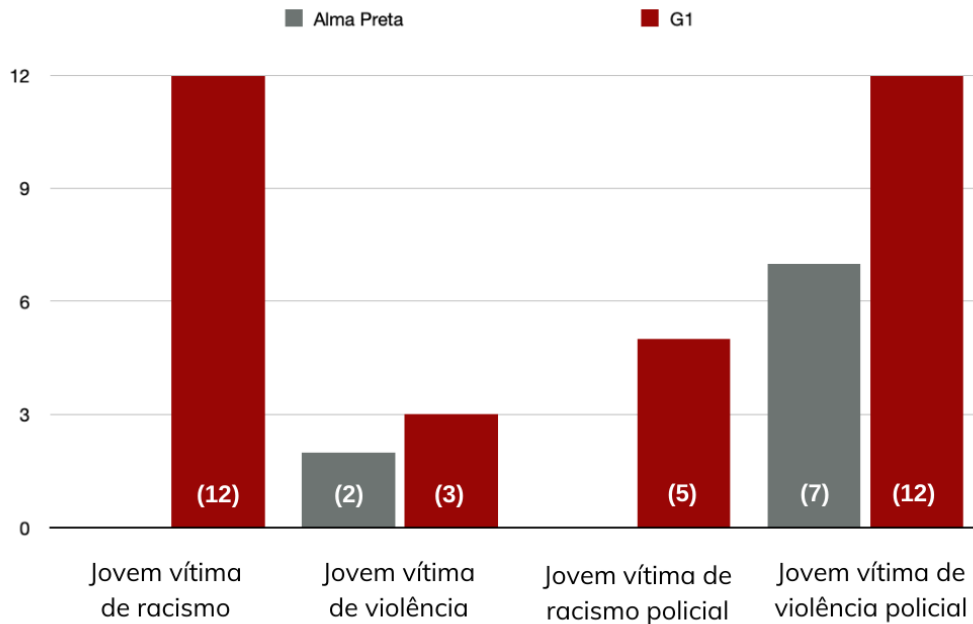


dois veículos de comunicação, objetos do estudo em questão, o site generalista G1 e o portal de notícias alternativo Alma Preta.

Nesse processo, foram selecionadas 37 matérias do primeiro veículo e 11 do segundo, todas correspondentes ao período de 2020, conforme dito na introdução deste texto. Esses textos foram encontrados através de pesquisas com as palavras-chave adolescente negro; adolescente negra; adolescente preto; adolescente preta; adolescente e racismo; adolescente e racial; adolescência negra; negro(a) e 12 anos (e outras idades: 13 anos; 14 anos; 15 anos; 16 anos; 17 anos; 18 anos; 19 anos) — no Alma Preta, só buscamos as idades, porque a cobertura já é sobre a negritude. Selecionamos assim todos os textos em que havia um adolescente negro citado, ainda que não fosse o foco da reportagem. Essa etapa se estendeu, ainda, até janeiro de 2022, quando teve início a exploração do material a ser analisado e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Nota-se, portanto, a pouca presença de reportagens que abordam os adolescentes negros em ambos os portais.

Decidimos levantar, como unidades de registro, num primeiro momento, os temas das reportagens e as fontes ouvidas, porque acreditamos que são elementos importantes para entender melhor a representação do adolescente negro nas matérias. Passamos então à sua codificação e categorização desses elementos, processo guiado pela identificação do que levou aquele adolescente a ser retratado na reportagem (o que envolve, é claro, a pauta como um todo). Vale lembrar que num mesmo texto poderíamos encontrar mais de uma temática em destaque. O resultado segue nos gráficos abaixo:

**GRÁFICO 1: TEMÁTICAS PRESENTES NAS REPORTAGENS**



Fonte: Elaboração das autoras.

O tema mais recorrente em ambos os veículos, G1 e Alma Preta, foi a categoria “Jovem vítima de violência policial”, aparecendo respectivamente em 12 e 7 matérias que abordam jovens agredidos e assassinados por agentes da polícia. No G1, surgem ainda 5 textos em que o adolescente é “vítima de racismo policial”, ou seja, sofre discriminação especificamente por parte de policiais, e isso fica claro no texto — problema que, como já foi apontado durante nossa discussão teórica, é recorrente na realidade dos negros como um todo, bem como na dos jovens negros. É o caso dos textos “Polícia e corregedoria da SDS investigam morte de adolescente em abordagem da PM em Jaboatão”, de 7 de agosto de 2020; “Menino de 14 anos morre durante operação das polícias Federal e Civil no Complexo do Salgueiro, RJ”, de 19 de maio de 2020; e “Adolescentes são baleados em ação da PM em Salvador; moradores protestam após morte de um deles”, de 6 de outubro de 2020, publicados no G1.





REALIZAÇÃO



APOIO



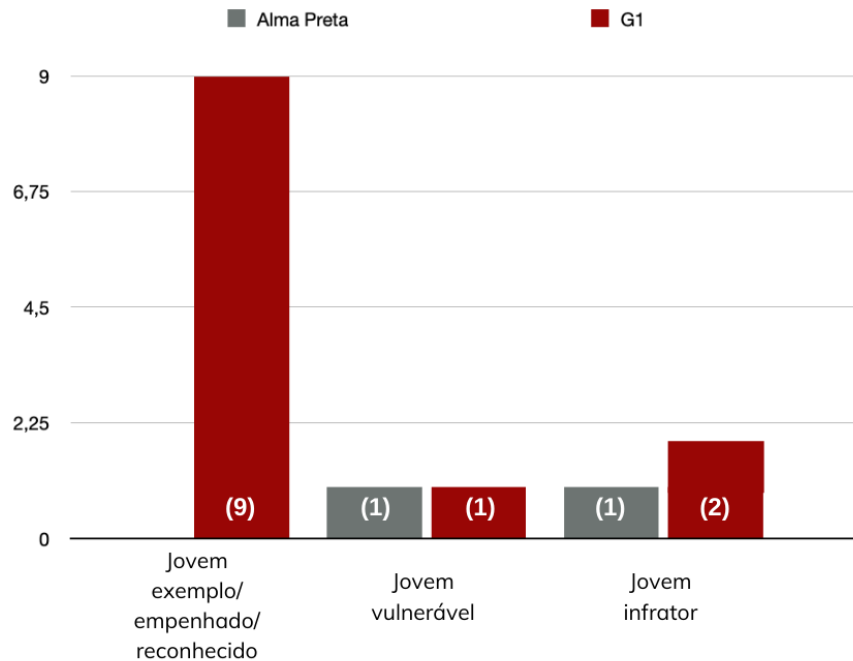
Outro tema que aparece 12 vezes no G1 é a categoria “Jovem vítima de racismo”, em casos nos quais os adolescentes negros relatam episódios em que sofreram racismo, mesmo que não seja o foco da produção jornalística. São exemplos dessas pautas matérias como "Jovem negro de 19 anos é agredido em supermercado de Maceió após ser acusado de roubar celular", de 22 de novembro de 2020; “Vídeo de segurança abordando meninos negros que lanchavam em shopping de Belo Horizonte causa revolta nas redes sociais”, de 27 de novembro de 2020; e "Estudante é vítima de racismo em troca de mensagens de alunos de escola particular da Zona Sul do Rio", de 20 de maio de 2020. A temática também não aparece no site dedicado à temática racial.

Foram categorizadas ainda 3 textos do G1 e 2 do Alma Preta como “Jovem vítima de violência”, não especificamente a policial. Como exemplos, temos “Brasil teve quase 5 mil mortes violentas de crianças e adolescentes em 2019; 75% eram negros, revela Anuário” publicada em 18 de outubro de 2020 pelo G1, e “Crianças negras são as maiores vítimas de estupro de vulnerável no Brasil; Mais da metade das vítimas são crianças negras (50,9%), do sexo feminino (81,8%) e com até 13 anos (53,8%)”, publicada em 17 de agosto de 2020 no Alma Preta.

No site do grupo Globo, surgem ainda 9 reportagens classificadas como “Jovem exemplo/empenha-do/reconhecido”, em que o adolescente negro aparece como alguém que se destaca em alguma atividade socialmente tida como positiva, sendo reconhecido por sua ação e, portanto, considerado um exemplo em meio aos demais. É o caso de “Adolescente que filmou últimos momentos de George Floyd será premiada por coragem”, de 29 de novembro de 2020, e "Menina faz festa de aniversário de 12 anos com tema de ‘Vidas Negras Importam’”, de 6 de outubro de 2020. No Alma Preta, nenhuma reportagem retratou o jovem negro assim.

Quanto às categorias menos recorrentes no G1 listam-se “Jovem vulnerável”, a qual aparece quando o jovem negro é retratado em um cenário de pobreza e como vítima de abuso sexual, por exemplo; e “Jovem infrator”, quando o adolescente negro é pauta por ser apontado como suspeito ou acusado de cometer algum, com apenas 1 e 2 matérias, respectivamente. Os dados completos podem ser vistos abaixo:

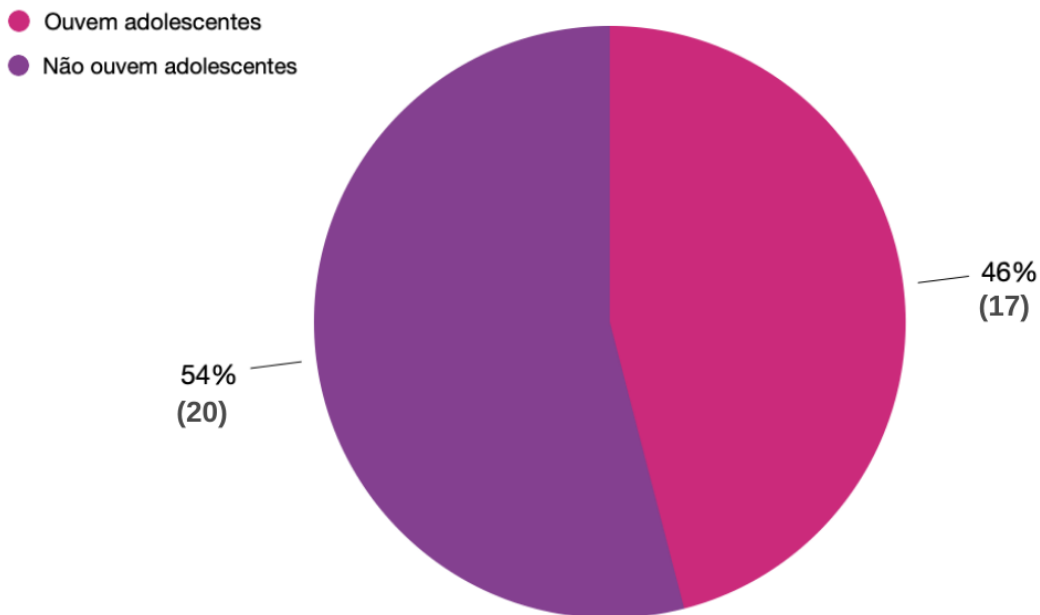
**GRÁFICO 2: TEMÁTICAS PRESENTES NAS REPORTAGENS (CONTINUAÇÃO)**



Fonte: Elaboração das autoras.

No que diz respeito à quantidade de vezes em que o adolescente negro é ouvido como fonte de informação nas matérias, isso ocorre em 17 (46%) das produções do G1 e nenhuma vez no site Alma Preta (Gráfico 3). Eles são ouvidos principalmente nas pautas que se referem aos jovens vítimas de racismo (9 vezes) e jovens vítimas de violência policial (5 vezes). Ainda, ao quantificar as fontes mais recorrentes em cada veículo, identifica-se que no G1 as mais ouvidas são a Polícia (Militar, Civil, Federal, Delegacias, e membros representantes), em 23 ocasiões, e familiares (pais, mães, tias/os, primas/os etc.), em 22, enquanto no Alma Preta são representantes de organizações sociais os que mais são entrevistados (em 7 textos), seguidos de familiares (pais, mães, tias/os, primas/os etc.), em 6 matérias.

**GRÁFICO 3: MATÉRIAS DO G1 QUE OUVEM ADOLESCENTES COMO FONTES**



Fonte: Elaboração das autoras.

Diante da discussão teórica e das análises realizadas até então, podemos concluir que o racismo estrutural, do qual Almeida (2019) fala, contamina também as vivências dos adolescentes negros, de modo a afetar a frequência e a forma como aparecem na mídia. No material analisado, o adolescente negro aparece em sua maioria retratado como vítima, de racismo ou violência, em 32 textos no G1 e 9 no Alma Preta. Trata-se, sem dúvidas, de questões cruciais nas vivências desses jovens, e para as quais os portais dedicam alguma atenção (tendo em vista no entanto que a cobertura sobre as vidas dos adolescentes negros é claramente tímida).

Porém, percebe-se também que o jovem não é tema de muitas pautas positivas, as quais são representadas aqui pela categoria “Jovem exemplo/empenhado/reconhecido” — o G1 traz essa pauta, mas com apenas nove textos. Nesses casos, surgem histórias, no entanto, de adolescentes que venceram muitas barreiras para conseguir esse destaque, mas essas deficiências estruturais, de



REALIZAÇÃO



APOIO



um racismo que se dá nas diferentes instâncias sociais, nem sempre são problematizadas.

Desse modo, vemos que a visibilidade que o negro tem no jornalismo também é afetada por sua idade, já que, no Alma Preta, a adolescência não recebe tanto destaque. Em outras palavras, percebemos que o jovem negro é invisibilizado até em uma mídia alternativa engajada na luta antirracista. E quando aparece surge vitimizado, sem posição de agência e de resistência ao preconceito e à discriminação, já que nem tem direito a fala nos textos.

É importante destacar, contudo, que o adolescente negro não aparece como jovem infrator, pelo menos quando o veículo aborda claramente a raça dos adolescentes em conflito com a lei. No entanto, percebe-se que aqui seria necessário realizar uma pesquisa mais ampla, buscando por outras reportagens que envolvem casos assim para identificar em que medida os adolescentes, de modo geral, aparecem envolvidos nessas situações (e se sua raça se deixa ver por fotos ou vídeos, por exemplo, ainda que sua identidade esteja protegida, por conta do que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente).

Além disso, o adolescente é mais pautado e ouvido pelo veículo generalista G1, do que pelo Alma Preta, o que entendemos acontecer não necessariamente porque o G1 valoriza mais esse grupo, mas sim porque é um site maior e produz uma escala superior de matérias no dia a dia, se comparado ao Alma Preta. Afirmamos isso porque, entre as milhares de produções jornalísticas que publica todo ano, em 2020 apenas 37 tinham como tema o adolescente negro, e menos de 50% o ouviam como fonte. Ainda assim, a ausência das vozes jovens no Alma Preta chama a atenção, e denota a urgência em reconhecer e valorizar a opinião e a experiência dos adolescentes negros.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como se dá a representação do adolescente negro em dois veículos do jornalismo online brasileiro: o portal G1 e o site Alma Preta, voltado às questões raciais. Compreendemos que os jovens dessa faixa etária vivem numa espécie de moratória, considerados imaturos para participar de determinadas ações sociais. Além disso, reconhecemos que o racismo é estrutural no



REALIZAÇÃO



APOIO



Brasil, e os jovens negros são atingidos fortemente por esse processo: sua cidadania e suas possibilidades de desenvolvimento são muitas vezes restringidas por conta do preconceito e da discriminação.

Nesse cenário, os resultados parciais de nossa pesquisa mostram que os adolescentes pouco aparecem nos portais analisados, e, quando surgem, casos em que são vítimas de violência e racismo ganham relevo. São questões importantes, que devem ser alvo de debates na mídia, mas outras situações, em que os jovens se mostram ativos e críticos, não ganham o mesmo espaço. Suas vozes também não são encontradas na maior parte dos textos. A investigação continuará, e novos dados serão levantados e analisados, mas, até aqui, se percebe a necessidade clara de a imprensa oferecer representações mais plurais dos jovens negros, valorizando suas percepções de mundo e opiniões.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, n. 36/37, p. 83-88, 2007. Disponível em: <<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/AGUIAR-%20MARCIO.%20A%20construcao%20das%20hierarquias%20sociais%20classe-%20raca-%20genero%20e%20etnicidade.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. 1ª edição. São Paulo: Pólen, 2019.

ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A., 1981.

BACKES, José Licínio. Articulando raça e classe: efeitos para a construção da identidade afrodescendente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 95, p. 429-443, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/vmDM67tFsB7M4w5gWJjb6YR/?lang=pt>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1ª edição. São Paulo: Edições 70, 2002.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

COUCEIRO DE LIMA, Solange M. D. Reflexos do "racismo à brasileira" na mídia. **Revista USP**, São Paulo, v. 32, p. 56-65, 1997. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.voi32p56-65>.

DORETTO, Juliana. Criança de jornal: representações de infância e juventude em Brasil e em Portugal. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 383-396, 2012.



REALIZAÇÃO



APOIO



DORETTO, Juliana. Jornalismo para a infância: uma proposta de definição. In: ANDIÓN, Margarita Ledo; ROMAY, Emma Torres Romay; ARAÚJO, José Rúas; FREIRE, Francisco Campos. **Anais do XI Congresso Lusocom**. Santiago de Compostela: Andavira Editora, 2016. v. 1, p. 149-159. ISBN 978-84-8408-925-4

MARINGONI, Gilberto. História - O destino dos negros após a Abolição. **Ipea**, 2011.

Disponível em:

<[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2673%3Acatid%3D28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28)>. Acesso em: 7 dez. 2021.

MONARI, Ana Carolina. Pontalti.; BERTOLLI Filho, Cláudio. Entre o debate público e o silêncio: análise da cobertura jornalística online sobre a questão do suicídio de adolescentes e jovens negros no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação Em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 754-767, out.-dez. 2019.

<https://doi.org/10.29397/reciis.v13i4.1853>.

OLIVEIRA, Carolina S. de. **Adolescentes negras no discurso da revista Atrevida**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

RACISMO. **Michaelis Online**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/racismo/>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

SANTOS, Cleito P.; VIANA, Nildo. **Capitalismo e questão racial**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil**. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOUSA, Aryclennys S.; BRAGA Claudomilson F. Mídia, jornalismo e cidadania: A representação do negro na mídia televisiva no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS NA REGIÃO CENTRO-OESTE DA COMUNICAÇÃO, 19., Cuiabá, 2017. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2017. Disponível em:

<<portalintercom.org.br/anais/centrooeste2017/resumos/R56-0270-1.pdf>>/ Acesso em: 23 de dezembro, 2021.